

PBH.GOV.BR

Audiência Pública de Apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2025

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
trabalhoenergia**coração**

Definição de diretrizes normativas para o orçamento do próximo exercício, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF – ***principais pontos:***

- ❑ Prioridades e metas
- ❑ Organização e estrutura dos orçamentos
- ❑ Diretrizes para a elaboração e para a execução dos orçamentos e suas alterações
- ❑ Disposições relativas às Despesas com Pessoal e com Encargos Sociais
- ❑ Disposições sobre alterações da legislação tributária do Município
- ❑ Anexos: Metas Fiscais e Riscos Fiscais

Conforme **Art. 2º** do Projeto da LDO/2025, as prioridades e metas correspondem às metas relativas ao exercício de 2025 definidas e constantes no Plano Plurianual de Ação Governamental-PPAG 2022-2025, e suas diretrizes gerais estão organizadas de acordo com as seguintes Áreas de Resultado:

- I - Área de Resultado **Saúde**;
- II - Área de Resultado **Educação**;
- III - Área de Resultado **Segurança**;
- IV - Área de Resultado **Mobilidade Urbana**;
- V - Área de Resultado **Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano**;
- VI - Área de Resultado **Desenvolvimento Econômico e Turismo**;
- VII - Área de Resultado **Cultura**;
- VIII - Área de Resultado **Sustentabilidade Ambiental**;
- IX - Área de Resultado **Proteção Social, Segurança Alimentar e Esportes**;
- X - Área de Resultado **Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão**.


Art. 12 – Fica proibida a fixação de despesa sem que esteja definida a origem da fonte de recurso correspondente e legalmente instituída a unidade executora ou unidade administrativa.

Art. 17 – Além da observância das prioridades fixadas no art. 2º, a LOA somente incluirá novos projetos se:

- I – tiverem sido adequadamente atendidos os que estiverem em andamento;
- II – estiverem em conformidade com o PPAG vigente ou previstos no projeto de revisão do planejamento a médio prazo;
- III – apresentarem viabilidade técnica, econômica e financeira;
- IV – tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 30 – Ao final de um bimestre, se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo I, será promovida a **limitação de empenho**, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo, levando em consideração a seguinte **ordem de prioridade na redução de gastos**:

- I – obras estruturantes;
- II – serviços de terceiros e encargos administrativos;
- III – obras de manutenção que objetivam a recuperação de danos ocorridos no equipamento existente.

 Poderão ser apresentados à CMBH projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento a leis complementares e resoluções federais, tendo como diretrizes a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda na perspectiva da justiça tributária, observando os critérios constantes no caput e nos incisos do **art. 43** deste projeto (referentes à: IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria, dentre outros).

	2025	2026	2027
Crescimento do PIB	2,80%	2,58%	2,62%
Inflação anual (IPCA)	3,10%	3,00%	3,00%

Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias / 2025 do Governo Federal; cenário econômico projetado pelo Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Metas Fiscais Anuais – Resultado Primário*

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
trabalhoenergiacoração

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	18.360.314.532	19.327.683.254	20.395.605.732
Aplicações Financeiras (II)	688.307.442	723.639.437	760.893.220
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (III) = (I - II)	17.672.007.090	18.604.043.816	19.634.712.512
RECEITAS CORRENTES (RPPS) (IV)	1.586.680.582	1.740.148.824	1.912.809.998
Aplicações Financeiras (V)	302.726.324	328.029.782	355.454.732
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (RPPS) (VI) = (IV - V)	1.283.954.258	1.412.119.043	1.557.355.266
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	875.002.037	643.280.290	589.274.335
Operação de Crédito (VIII)	713.278.147	518.779.078	465.277.600
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (IX)	-	-	-
Outras Alienações de Bens	30.287.001	20.609.514	18.372.125
Transferências Capital	55.004.223	26.623.952	27.496.082
Outras Receitas de Capital	76.432.667	77.267.747	78.128.528
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (X) = (VII - VIII - IX)	161.723.891	124.501.212	123.996.735
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (XI) = (III + X)	17.833.730.981	18.728.545.029	19.758.709.247
RECEITAS PRIMÁRIAS (FONTES RPPS) (XII) = (VI)	1.283.954.258	1.412.119.043	1.557.355.266
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XIII)	15.581.189.011	16.444.781.252	17.310.938.722
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	430.321.037	388.598.743	346.000.302
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XV) = (XIII - XIV)	15.150.867.974	16.056.182.509	16.964.938.420
DESPESAS CORRENTES (RPPS) (XVI)	773.186.673	816.747.395	863.085.762
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (RPPS) (XVII) = (XVI)	773.186.673	816.747.395	863.085.762
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	1.773.846.668	1.785.693.417	1.797.121.348
Amortização da Dívida (XIX)	507.233.569	485.444.884	417.890.546
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	1.266.613.099	1.300.248.532	1.379.230.802
DESPESAS DE CAPITAL (RPPS) (XXI)	177.794	183.128	188.622
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (RPPS) (XXII) = (XXI)	177.794	183.128	188.622
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XXIII)	1.493.787.362	1.538.600.983	1.584.759.012
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (XXIV) = (XV + XX + XXIII)	17.911.268.435	18.895.032.024	19.928.928.235
DESPESAS PRIMÁRIAS (FONTES RPPS) (XXV) = (XVII + XXII)	773.364.466	816.930.522	863.274.384
RESULTADO PRIMÁRIO (EXCETO FONTES RPPS) (XI - XXIV)	(77.537.454)	(166.486.995)	(170.218.988)
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) (XII - XXV)	433.052.338	428.701.525	523.861.895

Fonte: SMF e SMPOG

* Corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, ou seja, as receitas previstas deduzidas de rendimentos de aplicações financeiras, de operações de crédito e de alienação de investimentos temporários e permanentes e despesas pagas (incluídos aqui o pagamento de Restos a Pagar) deduzidas as despesas de encargos e amortização da dívida. Representa a economia fiscal que o governo se disporá a alcançar visando a amortizar a dívida pública.

O resultado primário representa: 0,42% da receita corrente para 2025, 0,86% para 2026 e 0,83% para 2027.

Metas Fiscais Anuais – Resultado Nominal*

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

R\$ 1,00

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	2022 (a)	2023 (b)	2024 (c)	2025 (d)	2026 (e)	2027 (f)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.221.474.972	4.315.886.302	4.359.942.039	4.404.447.489	4.449.407.241	4.494.825.935
DEDUÇÕES (II)	3.460.451.923	3.468.510.029	3.503.915.912	3.539.683.212	3.575.815.617	3.612.316.856
Disponibilidade de Caixa	3.122.003.478	3.260.807.984	3.294.093.685	3.327.719.159	3.361.687.876	3.396.003.340
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.584.036.371	3.933.565.359	3.973.718.437	4.014.281.391	4.055.258.403	4.096.653.701
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	308.845.854	622.559.497	628.914.464	635.334.302	641.819.673	648.371.244
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	153.187.040	50.197.878	50.710.288	51.227.929	51.750.854	52.279.117
Demais Haveres Financeiros	338.448.446	207.702.045	209.822.228	211.964.053	214.127.741	216.313.516
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	761.023.049	847.376.273	856.026.127	864.764.277	873.591.624	882.509.079
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha				(c - d)	(d - e)	(e - f)
				- 8.738.150	- 8.827.347	- 8.917.455

Fonte: SMF e SMPOG

Nota: Fonte de correção: Manual de Instrução de pleitos - 12/04/2024 - página 100 - Fator de projeção da RCL. Disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:49298

* O Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª Edição define a metodologia “abaixo da linha” para ser utilizada no cálculo do Resultado Nominal do exercício financeiro de 2025 e para os dois exercícios seguintes. Esta metodologia representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência.

Estimativa da Renúncia de Receita

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
trabalhoenergiacoração

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.000,00

Benefícios Tributários	Estimativa de Renúncia em 2025 (R\$)	Estimativa de Renúncia em 2026 (R\$)	Estimativa de Renúncia em 2027 (R\$)
IPTU	181.669.854,07	188.209.968,82	194.797.317,73
Desconto por antecipação de pagamento	66.350.479,58	68.739.096,84	71.144.965,23
Isenção IPTU (Imposto) - Imóvel exclusivamente residencial de baixo valor venal - Isenção REGRA e TOTAL	36.631.075,61	37.949.794,33	39.278.037,13
Isenção TCRS (Taxa) - Imóvel exclusivamente residencial de baixo valor venal - Isenção REGRA e TOTAL	26.765.914,06	27.729.486,96	28.700.019,01
Isenção - Imóveis em Zona de Especial Interesse Social – ZEIS - Isenção ZONA USO + ISENÇÃO PATRIMÔNIO para (MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL, ISEN. ZEIS, EQUIP. URBANO)	6.062.026,01	6.280.258,95	6.500.068,01
Isenção - Programas BH Nota 10	3.960.558,89	4.103.139,01	4.246.748,88
Isenção - Programa Esporte para Todos - PET	1.401.687,88	1.452.148,65	1.502.973,85
Isenção - PROEMP	37.460,66	38.809,25	40.167,57
Isenção - Imóvel em construção	5.562.162,22	5.762.400,06	5.964.084,06
Isenção - Imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico	19.274.901,42	19.968.797,87	20.667.705,80
Isenção - Reserva Particular Ecológica	1.111.837,60	1.151.863,75	1.192.178,98
Isenção - Imóvel ocupado por Entidade Religiosa para atividades sócio-assistenciais	5.300.281,65	5.491.091,79	5.683.280,01
Isenção - Imóvel edificado e ocupado por entidade de assistência social ou de educação infantil sem fins lucrativos	1.394.966,50	1.445.185,29	1.495.766,78
Isenção - Imóveis de terceiros cedidos para entidades consulares	109.803,42	113.756,35	117.737,82
Isenção - Convenção de Viena sobre Relações Consulares	28.798,14	29.834,88	30.879,10
Isenção - Imóvel em processo de desapropriação (art. 8º da Lei nº 5.839/90) - Inclui os patrimônios "ISENTO ART 8º LEI 5839/90 NOVA REDAÇÃO LEI 9795/2009" e "ISENTO ART.8º LEI 5.839/90 (Desativado)"	2.317.769,02	2.401.208,71	2.485.251,01
Isenção - Imóvel desapropriado (desativado)	124.969,29	129.468,18	133.999,57
Isenção - Programas Públicos de Financiamento Habitacional de Interesse Social - PPFHIS (inc. II, art. 7º, Lei nº 5.839/90)	646.996,37	670.288,24	693.748,33
Isenção - PMCMV - LEI 9814/2010 - Mutuário Faixa I	689.006,35	713.810,58	738.793,95
Isenção - PPFHIS (ANTIGO PMCMV) LEI 9.814/10	941.893,24	975.801,40	1.009.954,45
Isenção - Programa de Arrendamento Residencial – PAR	2.274.347,61	2.356.224,13	2.438.691,97
Isenção - Imóvel pertencente à associação profissional de magistrados	208.494,50	216.000,30	223.560,31
Isenção - Imóvel de Ex-Combatente	474.424,03	491.503,29	508.705,91

Continua...

Estimativa da Renúncia de Receita

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
trabalhoenergiacoração

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.000,00

Benefícios Tributários	Estimativa de Renúncia em 2025 (R\$)	Estimativa de Renúncia em 2026 (R\$)	Estimativa de Renúncia em 2027 (R\$)
ITBI	5.772.320,17	5.980.123,70	6.189.428,03
ISENÇÃO ART. 1º DA LEI 10.692/2013	1.773,78	1.837,64	1.901,96
ISENÇÃO ART.12 DA LEI 9.814/2010 (PPFHIS)	3.838.010,00	3.976.178,36	4.115.344,60
ISENÇÃO PH-COHAB ART.1º INC.III LEI 10.626/2013	66.887,96	69.295,92	71.721,28
ISENÇÃO PH-PAR ART.1º INC.I LEI 10.626/2013	1.756.374,42	1.819.603,90	1.883.290,03
ISENÇÃO PH-URBEL ART.1º INC.II LEI 10.626/2013	105.386,44	109.180,36	113.001,67
ISENÇÃO POR VALOR (INCISO II ART.33 LEI 8147/00)	3.887,57	4.027,52	4.168,49
ISSQN	16.123.384,08	16.703.825,91	17.288.459,81
Incentivo Fiscal - Atividades Culturais	16.123.384,08	16.703.825,91	17.288.459,81
Remissão em Geral - Tributos Mobiliários e Imobiliários	4.833.560,21	5.007.568,38	5.182.833,27
Incapacidade Econômica e Financeira/Prejuízo Precipitação Pluviométrica	4.833.560,21	5.007.568,38	5.182.833,27
Taxas Mobiliárias (TFEP, TFLF e TFS)	83.329.316,84	86.329.172,24	89.350.693,27
Isenção TFEP	10.419.728,49	10.794.838,71	11.172.658,07
Isenção TFLF	48.533.521,59	50.280.728,37	52.040.553,86
Isenção TFS	24.376.066,76	25.253.605,16	26.137.481,35
Taxas de Expediente	11.516.702,91	11.931.304,22	12.348.899,87
Isenção - taxas de expediente relativas a atos autorizativos e outros	11.516.702,91	11.931.304,22	12.348.899,87
TOTAL RENÚNCIA	303.245.138,29	314.161.963,27	325.157.631,98

Riscos Fiscais e Providências

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1.000,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	133.153	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas de custeio e pessoal.	133.153
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	133.153	SUBTOTAL	133.153
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas discricionárias.	132.904
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções	132.904		
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	132.904	SUBTOTAL	132.904
TOTAL	266.057	TOTAL	266.057

FONTE: Unidade Responsável SMPOG/SMFA/PGM, Data da emissão 06/05/2024

BH

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

PREFEITURA
BELO HORIZONTE
trabalho energia coração